MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
FUNDAÇÃO OSÓRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2010

RIO DE JANEIRO

2011

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
FUNDAÇÃO OSÓRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e orientações do órgão de controle interno

RIO DE JANEIRO

2011

PCA 2010 – SUMÁRIO

Página
Lista de Quadros..... 5
Introdução 6

1. Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada.....8
1.1 Relatório de Gestão Individual.....8

2. Informações Sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade.....8
2.1 Responsabilidade institucional da unidade. 8
..2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....9

2.3 Programa de Governo sob a responsabilidade da UJ.....10
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....10
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ 10

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....11
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....11
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes 11
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital 12
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas..... 12
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas.....13

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa.....13
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ 13
2.4.2.1.1 Despesas Por Modalidade De Contratação 13
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento e Despesa 14
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento e Despesa 15
2.4.2.2 Execução Orçamentária de Crédito Recebido pela UJ por Movimentação.....15
Análise Crítica 15

2.4.3 Indicadores Institucionais 16

3. Informações Sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 20

4. Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 20
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores 20
4.2 Análise Crítica..... 20

5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade 20
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos 20
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 22
5.3 Composição do Quadro de Estagiários 22
5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos.....22
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....23
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos 27

6. Informações sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres no Exercício de Referência 27

7. Declaração sobre registro de contratos e convênios.....27
7.1 Registro de Contratos no SIASG.....27
7.2 Registro de Convênios ou outros Instrumentos Congêneres no SICONV.....27

8. INFORMAÇÕES SOBRE ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....27

9. Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ.....27
9.1 Estrutura de controles internos da UJ 27

10. Informações Quanto à Adoção de Critério de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Contratação de Serviços ou Obras 29
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....29

11. Informações sobre a Gestão de Patrimônio Imobiliário da UJ Classificado como "Bens de Uso Especial de Propriedade da União ou Locado de Terceiros ".....30
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial 30

12. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) na UJ 31
12.1 Gestão de tecnologia da informação (TI) 31

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal ….....31

14. Informações sobre Renúncia Tributária sob Gestão da UJ 31

15. Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria de Órgão de Controle Interno 31

1. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento ….....31

17. Outras informações ….....31

LISTA DE QUADROS

Página

I - Quadro A.1.1 Identificação da UJ 8

II - Quadro A.2.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ.....10

III - Quadro A.2.3 Identificação da Unidades Orçamentárias.....11

IV - Quadro A.2.4 Programação de Despesas Correntes.....11

V - Quadro A.2.5 Programação de Despesas de Capital.....12

V I - Quadro A.2.6 Quadro Resumo da Programação de Despesas.....12

VII - Quadro A.2.8 Despesas por modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ.....13

VIII - Quadro A.2.9 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....14

IX - Quadro A.2.10 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....15

X - Quadro A.4.1 Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....20

XI - Quadro A.5.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010.....20

XII - Quadro A.5.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2010.....21

XIII - Quadro A.5.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.....21

XIV - Quadro A.5.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010.....22

XV - Quadro A.5.5 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2010.....22

XVI - Quadro A.5.7 Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....22

XVII - Quadro A.5.8 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....23

XVIII - Quadro A.5.9 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....25

IXX - Quadro A.5.10 Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....26

XX - Quadro A.9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....27

XXI - Quadro A.10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....29

XXII - Quadro A.11.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....30

XXIII - Quadro A.11.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....30

XXV - Quadro A.12.1 Gestão de TI da UJ.....31

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão (RG) referente ao exercício de 2010, está estruturado como preconizado na Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010 e Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 e visa alcançar o objetivo traçado naquela Decisão Normativa TCU, de relatar as práticas reais e gestão empreendidas no exercício de 2010 pela Fundação Osório, de modo a propiciar de forma objetiva, o juízo dessa gestão aos órgãos de controle e á sociedade em geral.

Não se aplicam à realidade da Fundação Osório os itens abaixo descritos na Portaria – TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, pelos motivos:

a. item 3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

motivo - não houve a ocorrência de nenhum passivo no exercício de 2010.

b.item 6. Informações sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres no Exercício de Referência

motivo - não houve durante o exercício de 2010 transferência de recursos a qualquer título.

c. item11. Informações sobre Renúncia Tributária sob Gestão da UJ

motivo – a Fundação Osório não concedeu sob nenhuma forma, renúncia tributária a pessoas física ou jurídica.

A Fundação Osório não desenvolve indicadores gerenciais sobre recursos humanos, contudo mantém em dia e em ordem os assentamentos sobre a vida profissional de seus servidores.

O exercício das atividades geridas pela Fundação Osório tem como objetivo estratégico a promoção dos Ensinos Fundamental, Médio e Profissionalizante, a uma clientela de 1.159 alunos no ano letivo de 2010.

O desenvolvimento do plano estratégico da Fundação, como acima descrito, esteve prejudicado no exercício de 2010, em razão dos claros existentes no quadro de professores. Esta situação determinou turmas de aula com número excessivo de alunos e por falta absoluta de professor especializado no 1º segmento do ensino fundamental, deixou de funcionar o 1º ano. Com o intuito de minorar o problema causado com a carência de professores, o efetivo de alunos foi diminuído de 1.159 em 2010 para 1.087 em 2011.

Além das atividades normais de apoio administrativo e ao ensino foram desenvolvidas as seguintes:

a. início dos serviços de adaptação do antigo Auditório Zenildo em laboratórios de línguas inglesa e espanhola e sala da empresa pedagógica, implantando novo auditório nas instalações até então ocupadas pela Divisão Administrativa;

b. início das reformas dos banheiros de alunos, salas de professores e de assistência psicológica, no prédio Marques de Herval, onde funciona o ensino médio;

c. colocação de laje no prédio que abriga o 1º ano do ensino fundamental; e

d. início da cobertura da quadra poliesportiva.

RELATÓRIO DE GESTÃO –PCA 2010

1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Relatório de Gestão Individual

I- QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa		Código SIORG: 8406	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Osório			
Denominação Abreviada: FUSOR			
Código SIORG: 8406	Código LOA: 52.222	Código SIAFI: 164204	
Situação : Ativa			
Natureza Jurídica : Fundação			
Principal Atividade: Educação fundamental e média - profissionalizante de formação geral		Código CNAE: 8021-7	
Telefones/Fax de contato	Tele/Fax (21)2502-8463	(21) 2273-8314	(21) 2502-0515
E-mail admfo@fosorio.ensino.eb.br			
Página da Internet: www.fosorio.ensino.eb.br			
Endereço Postal : Rua Paula Ramos nº 52, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.261-210			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Fundação Osório foi criada pelo Decreto nº 14.856, de 01 de junho de 1.921, por força do Decreto – Legislativo nº 4.235, de 04 de janeiro de 1.921, com as modificações introduzidas pelos Decreto nº 16.392, de 27 de fevereiro de 1.924, Decreto-Lei nº 8.917, de 26 de janeiro de 1.946, pela Lei nº 9.026 de 10 de abril de 1.995.			
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto n0 6.129, de 29 de junho de 2007, vincula a Fundação Osório ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército. - Dec nº 1.944, de 27 de junho de 1996, aprova o estatuto da Fundação Osório			
Manuais e publicações relacionadas às atividades relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Não é o caso desta UJ			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI: Não é o caso da Fundação	NOME: Não é o caso.		
Gestões Relacionadas à Unidade jurisdicionada			
Código SIAFI: 164204	Nome: Fundação Osório		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora: Não é o caso	Código SIAFI da Gestão: Não é o caso		

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidade institucional da unidade

I. Competência Institucional

A Fundação Osório tem por finalidade instruir, profissionalizar, educar e, em especial, ministrar os Ensinos Fundamental, Médio e Profissionalizante aos filhos e filhas, dependentes legais de militares do Exército e demais Forças Singulares e, havendo condições que permitam, também, atender os filhos e filhas dependentes legais de militares das Forças Auxiliares e de civis.

II Objetivos estratégicos

O exercício das atividades desenvolvidas pela Fundação Osório tem como objetivo estratégico a promoção dos Ensinos Fundamental, Médio e Profissionalizante, a uma clientela de 1.159 alunos no ano letivo de 2010, visando promover ao educando, de forma harmônica, suas formações física, moral, espiritual e intelectual, assegurando o preparo necessário à continuidade dos estudos, o preparo para o trabalho e para o exercício da cidadania.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

O desenvolvimento do plano estratégico da Fundação, como acima descrito, esteve prejudicado em razão de relevantes problemas apresentados em sua estrutura organizacional.

O quadro de lotação de servidores, fixado em 1955, não é compatível às necessidades de funcionamento da Fundação, quer em servidores administrativos, quer do corpo docente. Não contempla os cargos de Contador, Administrador, Relações Públicas/Comunicação Social, Bibliotecário (a biblioteca contém mais de 12.000 exemplares) , Arquivista, entre outras qualificações.

Além da incompatibilidade do Quadro de Lotação de Pessoal Civil (QLPC) com as necessidades da Fundação, há claros por preencher, tanto para os servidores integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), onde para o efetivo estabelecido de 54 (cinqüenta e quatro) servidores, existem 43 (quarenta e três) claros, como para os integrantes da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal (CMEBF) onde, para o efetivo de 67 (sessenta e sete) professores existem 8 (oito) claros.

Há de se considerar, ainda, a falta de professores em determinadas disciplinas , como Sociologia, Psicologia, Contabilidade, Espanhol e professor especializado no 1º segmento do ensino fundamental, que, por tratar-se de atividade-fim, não admite a terceirização.

Tem sido adotada em escala crescente, a contratação de mão de obra terceirizada para emprego parcial no exercício de atividades administrativas e de apoio ao ensino.

A carência de professores determinou a montagem de turmas de aula com número excessivo de alunos e, por falta absoluta de professor especializado no 1º segmento do ensino fundamental, deixou de funcionar o 1º ano. Com o intuito de minorar o problema causado com a carência de professores, a Direção da Fundação se viu obrigada a suspender o ingresso de novos alunos para 2010, salvo para os dependentes de militares e servidores transferidos "ex ofício " para a cidade do Rio de Janeiro.

Esta Fundação, renovando expedientes anteriores, em maio/2010 encaminhou ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por intermédio do Comando do Exército, novo expediente apresentando a elevada carência em pessoal, inclusive a falta de professores para as disciplinas ultimamente tornadas obrigatórias, solicitando a realização de concurso público para ambas as categorias (professores e servidores).

II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Além do desenvolvimento normal das atividades de ensino, apoios administrativo e ao ensino, assistência médica aos servidores civis ativos, inativo, pensionista e seus dependentes, fazem parte do planejamento de gestão

a. início dos serviços de adaptação do antigo Auditório Zenildo em laboratórios de línguas inglesa, espanhola e empresa pedagógica,

b. início das reformas dos banheiros de alunos, salas de professores e assistência psicológica, no prédio Marquês de Herval, onde funciona o ensino médio;

c. colocação de laje no prédio que abriga o 1º ano do ensino fundamental; e

d. início da cobertura da quadra poliesportiva.

Os serviços acima, todos voltados diretamente ao ensino, têm como objetivo oferecer maior conforto ao alunado e professores e funcionalidade a instalações voltadas diretamente ao ensino.

2.3 Programa de Governo sob a responsabilidade da unidade.

2.3.1 Execução dos Programa de Governo sob a responsabilidade da unidade

Esta UJ não é gestora de Programa de Governo

2.3.2 Execução Física das ações realizadas

II - QUADRO A.2.2- EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa beneficiada	6	43	46
05	122	750	2000	A	4	-	-	-	-
05	122	750	09HB	OP	4	-	-	-	-
05	301	750	2004	A	4	Pessoa beneficiada	141	119	106
05	301	750	20CW	A	4	Pessoa beneficiada	0	0	92
05	306	750	2012	A	4	Servidor beneficiado	87	93	92
05	331	750	2011	A	4	Servidor beneficiado	84	80	80
05	365	750	2010	A	4	Criança atendida	11	7	6
05	361	1061	2795	A	4	Aluno matriculado	1070	941	849
05	362	1061	2778	A	4	Aluno matriculado	204	215	238

Fonte; SIGPLAN, Seç RH e SIOP

Analise Crítica

a. Cumprimento das metas físicas:

- Na ação 0181 a informação da previsão inicial não corresponde à quantidade de servidores efetivos conforme nossa folha de pagamento. A tendência é o aumento do número de servidores que se aposentam. A passagem para a inatividade de um grande número de servidores sem a devida reposição tem criado óbices à administração desta UJ, conduzindo à contratação de terceirizados.
- Na ação 2000 deixaram de constar os itens referentes à unidade de medida, meta prevista, meta realizada e meta a ser realizada em 2011, por não constarem na LOA 2010.
- Na ação 09HB deixaram de constar os itens referentes à unidade de medida, meta prevista, meta realizada e meta a ser realizada em 2011, por não constarem na LOA 2010.
- Na ação 2004 trinta e um servidores e respectivos dependentes não optaram pelo plano de saúde.
- Na ação 20CW os exames médicos periódicos foram realizados com o apoio do Hospital Central do Exército e da Policlínica Militar do Rio de janeiro, sem custo para a UJ (Fundação Osório).

- Na ação 2012 a informação da previsão inicial não corresponde à quantidade de servidores efetivos conforme nossa folha de pagamento. O número deverá decrescer em virtude da passagem para a inatividade e não nomeação de novos servidores.

- Na ação 2011 o número deverá decrescer em virtude da passagem para a inatividade e não nomeação de novos servidores.

- Na ação 2010 o efetivo é dependente da taxa de natalidade. No entanto, é dever ressaltar que a faixa etária dos servidores é elevada, tendendo a haver um decréscimo de pessoas beneficiadas, caso não ocorra a reposição dos inativos e o recompletamento dos cargos vagos, mediante concurso público.

- Nas ações 2795 e 2778 a variação é decorrente da transferência de alunos durante o ano letivo. Tal fato é consequência do grande número de dependentes de militares que são movimentados ao longo do ano.

b. Ações que apresentaram problemas de execução: Não é o caso desta UJ.

c. Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: devido incorreção no lançamento da previsão inicial da ação 0181 a meta realizada superou significativamente a prevista.

d. Ações Prioritárias na LDO: a UJ não foi contemplada com ações prioritárias na LDO.

e. Outras informações: os itens referentes a unidade de medida, meta prevista, meta realizada e meta a ser realizada em 2011 deixaram de ser preenchidos para as ações 2000 e 09HB, por não constarem na LOA 2010.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

III - QUADRO A.2.3- IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Osório	52.222	164204

Fonte SIAFI

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

IV - QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES Valores em R$ 1,00

Origem dos créditos orçamentários			1. Pessoal e Encargos Sociais		1. Juros e Encargos da Dívida		3. Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		5.450.778	6.916.626	0	0	3.472.281	3.810.155
	PLOA		5.450.778	6.916.626	0	0	3.472.281	3.810.155
	LOA		5.450.778	6.916.626	0	0	3.472.281	3.810.155
Créditos	Suplementares		1.344.000	124.000	0	0	0	257.935
	Especiais	Abertos	1.298	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Reabertos	0	0	0	0	0	0
		Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0
Outras operações			0	0	0	0	0	0
Total			6.796.076	7.040.626	0	0	3.472.281	4.068.090

Fonte: SIAFI

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

V - QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL Valores em R$ 1,00

Origem dos créditos orçamentários			Grupo de Despesas de Capital					
			4. Investimentos		5. Inversões Financeiras		6. Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		285.000	388.000	0	0	0	0
	PLOA		285.000	388.000	0	0	0	0
	LOA		285.000	388.000	0	0	0	0
Créditos	Suplementares		0	0	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Reabertos	0	0	0	0	0	0
		Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0
Outras operações			0	0	0	0	0	0
Total			285.000	388.000	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

VI - QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS Valores em R$ 1,00

Origem dos créditos orçamentários			Grupo de Despesas de Capital					
			4. Investimentos		5. Inversões Financeiras		6. Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		8.923.059	10.726.781	285.0000	388.000	0	0
	PLOA		8.923.059	10.726.781	285.0000	388.000	0	0
	LOA		8.923.059	10.726.781	285.0000	388.000	0	0
Créditos	Suplementares		1.344.000	381.935	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	1.298	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Reabertos	0	0	0	0	0	0
		Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0
Outras operações			0	0	0	0	0	0
Total			10.268.357	11.108.716	0	0	0	0

<u>Análise Crítica da Programação Orçamentária</u>

a. Dotações propostas pela UJ, PLOA E LOA

Os recursos orçamentários propostos pela Fundação e consignados no SIDOR foram integralmente concedidos na LOA 2010, por outro lado, não houve contingenciamento de crédito. Assim, toda a programação pôde ser atendida. Há, ainda, de se considerar que, a partir do exercício de 2010, a Fundação por recomendação da Procuradoria Federal do Rio de Janeiro, deixou de cobrar mensalidade escolar passando o seu Orçamento a correr por conta de recursos do Tesouro. Este fato eliminou a inadimplência havida em exercícios anteriores, que impedia o emprego da totalidade dos créditos concedidos no Orçamento por falta de arrecadação

Foram concedidos créditos suplementares no valor de R$ 59.318,00 para viabilizar o emprego de pecúlio instituído à Fundação e R$ 322.617,00 para despesas de custeio com pessoal e encargos sociais.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESAS

Esta UJ não participou de nenhuma movimentação externa ou interna de crédito

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

VII - QUADRO A.2.8 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	**1.731.027**	**2.517.926**	**1.731.027**	**2.517.926**
Convite	138.527	153.853	138.527	153.853
Tomada de Preços	58.304	24.344	58.304	24.344
Concorrência	1.141.819	84.282	1.141.819	84.282
Pregão	392.377	2.255.447	392.377	2.255.447
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	**0**	**0**	**0**	**0**
Contratações Diretas	**711.600**		**711.600**	**838.745**
Dispensa	699.613		699.613	759.162
Inexigibilidade	61.987	79.583	61.987	79.583
Regime de Execução Especial	**0**	**0**	**0**	**0**
Suprimento de Fundos	0	0	**0**	**0**
Pagamento de Pessoal	**6.716.274**	**6.975.924**	**6.716.274**	**6.975.924**
Pagamento em Folha	6.716.274	**6.975.924**	6.716.274	**6.975.924**
Diárias	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0

Fonte SIAFI

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

VIII - QUADRO A.2.9 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal (3.1.90.00)	**6.716.274**	**6.975.924**	**6.716.274**	**6.975.924**	**0,00**	**0,00**	**6.716.274**	**6.975.924**
3.1.90.11	4.591.665	4.750.369	4.591665	4.750.369	0,00	0,00	4.591.665	4.**750.369**
3.1.90.01	1.050.579	1.073.373	1.050.579	1.073.373	0,00	0,00	1.050.579	1.073.373
3.1.91.13	967.114	1.002.237	967.114	1.002.237	0,00	0,00	967.114	1.002.237
3.1.90.00	106.916	149.945	106.916	149.945	0,00	0,00	106.916	149.945

2 – Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes (3.3.90.00)	**2.835.238**	**3.841.922**	**2.792.846**	**3.734.818**	**42.392**	**107.104**	**2.792.846**	**3.734.818**
3.3.90.37	1.298.376	1.805.026	1.298.376	1.798.853	0,00	6.173	1.298.376	1.798.853
3.3.90.39	627.845	901.100	590.408	809.683	37.437	91.417	590.408	809.683
3.3.90.30	352.098	443.682	350.413	436.569	1.685	7.113	350.413	436.569
3.3.90.00	556.919	692.114	553.649	689.713	3.270	2.401	553.649	689.713

Fonte SIAFI

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

IX - QUADRO A.2.10 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa						Valores Pagos	
	Empenhada		Liquidada		Não processados			
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos (3.4.90.00)	130.428	387.399	130.428	303.740	0	84.259	130.428	303.740
3.4.90.51	0	116.509	0	32.250	0	84.259	0	32.250
3.4.90.52	130.428	271.490	130.428	271.490	0	0	130.428	271.490
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte SIAFI

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

A Fundação não recebeu créditos oriundos de movimentação interna ou externa

ANÁLISE CRÍTICA

Não houve modificações significativas na programação orçamentária. O orçamento foi preservado, não sofrendo contigenciamento ou qualquer outra restrição. À Fundação Osório não foram atribuídas novas missões, no entanto a carência de pessoal, quer administrativo ou da linha do ensino, principalmente professores, obrigou montagem de turmas de aula com número excessivo de alunos e por falta absoluta de professor especializado no 1º segmento do ensino fundamental, deixou de funcionar o 1º ano.

A falta de pessoal foi agravada neste exercício pelo encerramento do Convênio firmado com a Associação de Pais de Alunos da Fundação Osório, motivado pelo término da cobrança da "contribuição escolar", que inviabilizou a arrecadação das contribuições dos alunos àquela Associação, inibindo a contrapartida que era a colocação à disposição da Fundação, de professores e pessoal de administração escolar.

2.4.3 Indicadores Institucionais

A Fundação Osório, por suas atribuições de planejamento, orientação e controle da aplicação dos recursos financeiros recebidos da União, apresenta neste item os indicadores relacionados à aplicação desses recursos, que devem se constituir em mecanismos mensuráveis de avaliação do trabalho e desempenho institucional. Assim, serão apresentados:

I- Indicadores de Desempenho Escolar.
- Índice de Aproveitamento Escolar
- Índice de Relação Alunos Matriculados por Docentes
- Índice de Titulação do Corpo Docente

II- Indicadores de Desempenhos Orçamentário e Financeiro
- Índice de Aplicação de Recursos Orçamentários.

2.4.3.1 Indicadores de Desempenho Escolar

2.4.3.1.1 Índice de Aproveitamento Escolar

a. Descrição

Pretende demonstrar o desempenho dos alunos por níveis de ensino e apurar o percentual geral de desempenho.

b. Tipo

Eficácia

c. Fórmula de Cálculo e Método de Medição

$$IA = \frac{NAA}{NAM} \times 100 \quad , \qquad \text{sendo : NAA – Número de Alunos Aprovados e NAM - Número de Alunos Matriculados}$$

d. Cálculo do Índice

a) Ens Fund – 2º ao 5º anos	(372 / 391) X 100 = 95,14%
b) Ens Fund – 6º ao 9º anos	(405 / 552) X 100 = 73,37%
c) Ens Médio / Profissionalizante	(206 / 216) X 100 = 95,37%
d) Indice Geral	(983 / 1159) X 100 = 84,81%

e. Responsável pelo Cálculo/ Fonte .

Cálculo – Chefe da Divisão Administrativa

Fonte - Divisão de Ensino, Relatório do ano letivo de 2010

f. Metas

Física: não foi alcançado o índice 88%, que é o mínimo aceitável pela Fundação.

Financeira: não é o caso

g. Avaliação do Resultado

O índice geral de aprovação, 84,81%, encontra-se abaixo da faixa aceitável pela Fundação, que é acima de 88%, percentual inferior ao alcançado no ano de 2009, que foi 88,01%.

h. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos ou metas colimadas.

O desempenho da Instituição tem sido bastante prejudicado em razão de claros existentes no quadro de Funcionários motivados, no tempo, por aposentadorias sem as devidas reposições. Assim para um efetivo de 67 professores tem-se 59 em exercício e para 54 funcionários administrativos apenas 11 em função.

i. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucessos.

O Serviço de Orientação Educacional faz o acompanhamento sócio–pedagógico daqueles alunos com dificuldade na aprendizagem, ao mesmo tempo que, em caráter obrigatório, são ministradas aulas de recuperação.

Foi encaminhado expediente ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por intermédio do Comando do Exército, solicitando permissão para abertura de concurso para recompletamento do efetivo de professores.

2.4.3.1.2 - Índice de Relação Alunos Matriculados por Docentes -

a. Descrição

Quantifica o número de alunos por docente em tempo integral.

b. Tipo

Eficiência

c. Fórmula de Cálculo

sendo : AM - Número de Alunos Matriculados no Exercício

DI - Docentes em Tempo Integral. A atividade docente equivale ao regime de trabalho

d. Cálculo do Índice

$$RAD = \frac{1159}{57} = 20,33$$

e. Responsável pelo Cálculo/ Fonte

- Cálculo - Chefe da Divisão Administrativa
- Fonte - Divisão de Ensino, Relatório do ano letivo de 2010

f. Metas

Física: Todos os projetos educacionais foram desenvolvidos durante o exercício.

Financeira : O apoio ao ensino foi executado com êxito

g. Avaliação do Resultado

O efetivo de professores da carreira do Magistério Básico, em tese, está adequado ao número de alunos matriculados. Porém, a partir do 6º ano, é inadequado em relação à distribuição por disciplinas. Há carência em determinadas cadeiras e mesmo faltas em algumas outras, tais como Contabilidade, Sociologia, Espanhol e professor do 1º segmento do ensino fundamental.

h. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos ou metas colimadas.

As disfunções são devidas à falta de reposição dos claros em aberto no quadro de efetivo em função de aposentadorias e demissões voluntárias e, ainda, por recente introdução obrigatória de novas matérias no currículo do ensino básico Sociologia, Espanhol e outras), sem a correspondente lotação de professores.

i. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucessos.

Há necessidade de preenchimento dos cargos vagos, por concurso público, face a impossibilidade de terceirização.

A Fundação recebeu, por convênio firmado com o Comando do Exército 11(onze) professores militares.

2.4.3.1.3 - Índice de Titulação do Corpo Docente

a. Descrição

Medir a qualidade do corpo docente.

b. Tipo

Eficiência

c. Fórmula de Cálculo

$$\frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$$

sendo:

d. Cálculo do Índice

$$\frac{10*1+1*2+30*3+13*4+3*5}{57} = 2,96$$

e. Responsável pelo Cálculo/ Fonte

- Cálculo - Chefe da Divisão Administrativa
- Fonte - Divisão de Ensino

f. Metas

Física: A instituição priorizou apoiar ações de capacitação de longa e curta duração, com o objetivo melhorar a qualidade do ensino.

Financeira: não é o caso.

g. Avaliação do Resultado

O indicador encontra-se acima da faixa aceitável pela Instituição que considera como valor mínimo o valor 1,5. A qualificação do corpo docente concorreu para a melhoria da qualidade das atividades inerentes aos projetos educacionais desenvolvidos durante o exercício.

h. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos ou metas colimadas.

Não houve.

i. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucessos.

Não é o caso, o Quadro de Professores é qualificado.

2.4.3.2 Indicadores de Desempenhos Orçamentário e Financeiro

2.4.2.2.1 Índice de Aplicação dos Recursos Orçamentários

a. Descrição

Demonstra o índice de utilização dos recursos orçamentários alocados na LOA/2010, para o custeio de materiais, serviços e investimentos.

b. Tipo

Eficácia

c. Fórmula de Cálculo

$$IAR = \frac{D\ Emp}{Cred\ Conc} \times 100$$

sendo : D Emp - Despesas empenhadas referentes a custeio de materiais, serviços e investimentos

Cred Conc - Créditos concedidos para custeio de materiais, serviços e investimento

d. Cálculo do Índice

$$IAR = \frac{3.649.140,56}{3.832.870,00} \times 100 = 95,21\%$$

e. Responsável pelo Cálculo/ Fonte

- Cálculo - Chefe da Divisão Administrativa
- Fonte - SIAFI

f. Metas

Física: não é o caso

Financeira : avaliar a aplicação dos recursos orçamentários

g. Avaliação do Resultado

O resultado alcançado foi satisfatório. O índice alcançado 95,21 é superior ao alcançado em 2009, que foi de 80,17% .

h. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos ou metas colimadas.

A execução orçamentária foi prejudicada pela queda na arrecadação prevista para o título Alugueis (Fonte 250) , em razão de ter findado o aluguel do imóvel localizado na Rua São Clemente nº 175, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, tendo o mesmo permanecido desocupado, por todo o exercício de 2010 aguardando obras de manutenção.

i. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucessos.

A quase totalidade dos recursos orçamentário da Fundação, a partir do Exercício de 2010, passou a correr por conta de Recursos do Tesouro e Transferência de Pessoas , sendo pequena a contribuição de receitas na Fonte 250.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve passivos por insuficiência de créditos ou recursos

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamento E Cancelamento De Restos A Pagar De Exercícios Anteriores

X - QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
Valores em R$ 1,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	42.393	30.559	11.834	0

Fonte SIAFI

4.2 Análise Crítica

As despesas levadas a Restos a Pagar correram por conta de recursos gerados pela própria Fundação (fontes 250 e 296), este fato propicia o pagamento dessas despesas tão logo liquidadas, independentes de disponibilidade do Tesouro.

O Comando do Exército, órgão ao qual a Fundação está vinculada, não considera no estabelecimento dos limites de crédito e pagamento devidos à Fundação, valores em “trânsito”, nem despesas levadas a Restos a Pagar. Não há, portanto, nenhum impacto na gestão financeira do exercício motivado por despesas escritas em Restos a Pagar.

Não há despesas de RP Processadas ou Não Processadas por mais de um exercício financeiro.

Os cancelamentos havidos se referem a despesas efetivamente realizadas no exercício de 2010.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

XI - QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	**121**	**84**	**-**	**03**
1.1 Membros de poder e agentes políticos	**-**	**-**	**-**	**-**
1.2 Servidores de Carreira	**121**	**84**	**-**	**03**
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	121	84	-	03
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	-	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	**-**	**-**	**-**	**-**
1.4.4 Licença não remunerada	**-**	**-**	**-**	**-**
2 Provimento de cargo em comissão	**15**	**14**	**02**	**03**
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	**15**	**14**	**02**	**03**
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	02	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	01	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	02	-	-
2.2.5 Aposentado	-	09	02	03
2.3 Funções gratificadas	**46**	**25**	**01**	**01**
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	46	25	01	01
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	**182**	**123**	**03**	**07**

Fonte :Seção de Recursos Humanos

XII - QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	**02**	**10**	**29**	**33**	**10**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
1.2. Servidores de Carreira	**02**	**10**	**29**	**33**	**10**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
2. Provimento de cargo em comissão	**-**	**-**	**12**	**16**	**09**
2.1. Cargos de Natureza Especial	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	03	03	06
2.3. Funções gratificadas	**-**	**-**	**09**	**13**	**03**

Fonte :Seção de Recursos Humanos

XIII - QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo	**-**	**-**	**11**	**02**	**12**	**08**	**34**	**13**	**04**	**-**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	11	02	12	08	34	13	04	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	**-**	**-**	**06**	**-**	**09**	**14**	**07**	**03**	**-**	**-**
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	06	-	09	-	07	03	-	-

Fonte :Seção de Recursos Humanos

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

XIV - QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	**30**	**01**
1.1 Voluntária	26	01
1.2 Compulsório	01	-
1.3 Invalidez Permanente	03	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	**08**	**01**
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	07	01
2.3 Invalidez Permanente	01	-
2.4 Outras	-	-

Fonte :Seção de Recursos Humanos

XV - QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	07	-
2. Proporcional	-	-

Fonte :Seção de Recursos Humanos

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Durante o exercício de 2010 a Fundação Osório não recebeu estagiários.

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

XVI - QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Valores em R$ 1,00

Tipolologi-as/Exercí-cíos	Vencimentos e Vantagens Fixas (1)	Despesas Variaveis						Total (8)
		Retribui ções (2)	Gratifica ções (3)	Adicio nais (4)	Indeniza-ções (5)	Benefícios As-sistenciais e previdenci ários (6)	Demais Despesas Variáveis (7)	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	1.668.505	0	1.812.875	13.696	0	290.355	565.646	4.351.077
2009	2.384.353	0	1.676.371	19.066	0	260.768	542.405	4.882.963
2010	1.877.662	0	1.686.048	8.705	0	503.966	555.903	4.632.284
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0	0	0	0	0	00	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargo de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargo de Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	0	487.422	0	0	0	0	0	487.422
2009	0	511.875	0	0	0	0	0	511.875
2010	0	622.049	0	0	0	0	0	622.049

Fonte SIAFI

Observações : Foram considerados os somatórios de:

(1) 3.1.90.11.01 – Venc e Sal e 3.1.90.11.28 - Vantagem Pecuniária. Individual

(2) 3.1.90.11.33 – Gratif. Por Exerc. De Funções (DAS)

(3) 3.1.90.11.31 – Gratif. Por Exercício de Cargos e 3.1.90.11.37 – Gratif. De Tempo de Serviço

(4) 3.1.90.11.04 – Adicional Noturno e 3.1.90.11.10 – Adicional de Insalubridade

(6) 3.3.90.08.55 – Auxílio-creche; 3.3.90.46.01 – Indenização Auxílio-Alimentação; 3.3.90.49.01 – Indenização Auxílio-Transporte e 3.3.90.93.08 – Ressarcimento Assistência Médica / Odontológica.

(7) 3.1.90.11.05 – Incorporações; 3.1.90.11.07 – Abono de Permanência; 3.1.90.11.42 – Férias Vencidas e Proporcionais; 3.1.90.11.43 – 13º salário; 3.1.90.11.45 – Férias – Abono Constitucional; 3.1.90.11.87 – Complementação Salarial – Pessoal Civil e 3.1.90.92.17 – Vantagem Administrativa 3,17% - Ativo Civil.

5.5 Contrato de prestação de serviços com locação de mão de obra

XVII - QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

UNIDADE CONTRATANTE	
Nome: Fundação Osório	
UG/Gestão: 164204 -Tesouro	CNPJ 34.143.842/0001-14
Informações sobre os contratos	

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	003/2009	40.170.029/0001-36	21 Ago 2009	31Mai 2011			4	4			P

Observações: Serviços prestados no imóvel de propriedade da Fundação Osório, localizado na Rua São Clemente nº 175, Botafogo, Rio de Janeiro, Rj.

Contrato de nº 003/2009, firmado com Segil Vigilância e Segurança Ltda, iniciado em 21 de agosto de 2009, com término em 20 de fevereiro de 2010, tendo sido prorrogado seu término para 31 de maio 2010 pelo Termo Aditivo nº 001/2010 e, posteriormente, para até 31 de maio de 2011 pelo Termo Aditivo nº 002/2010

UNIDADE CONTRATANTE

Nome: Fundação Osório

UG/Gestão: 164204 -Tesouro CNPJ 34.143.842/0001-14

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	006/2009	10.858.713/0001-44	01 Jan 2010	16 Nov 2010			14	14			E

Observações: Serviços prestados no conjunto-sede da Fundação Osório, localizado na rua Paula Ramos nºs 52 e 165, no Rio Comprido, Rio de Janeiro, Rj

Contrato de nº 006/2009, firmado com Stilo Terceirização Ltda, com término previsto para 31 de janeiro de 2011, porém rescindido unilateralmente, em 16 de novembro de 2010

UNIDADE CONTRATANTE

Nome: Fundação Osório

UG/Gestão: 164204 - Tesouro CNPJ 34.134.842/0001-14

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	E	005/2010	09.060.537/0001-11	17 Nov 2010	28 Fev 2011			14	14			A

Observações Serviços prestados no conjunto-sede da Fundação Osório, localizado na rua Paula Ramos nºs 52 e 165, no Rio Comprido, Rio de Janeiro, Rj

Contrato de nº 05/2010, firmado com Lapa Terceirização e Planejamento Ltda, com término previsto para 31 de janeiro de 2011, tendo sido prorrogado seu término para 28 de fevereiro de 2011

UNIDADE CONTRATANTE

Nome: Fundação Osório

UG/Gestão: 164204 - Tesouro CNPJ 34.134.842/0001-14

Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F	M			S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	007/2009	11.197.533/0001-21	01 Jan 2010	8 Abr 2010	21	21	1	1			E

Observações Serviços prestados no conjunto-sede da Fundação Osório, localizado na rua Paula Ramos nos 52 e 165, no Rio Comprido, Rio de Janeiro, Rj

Contrato de no 007/2009, firmado com B&B Serviços Ambientais Ltda com término previsto para 31 de janeiro de 2011, porém foi rescindido unilateralmente em 8 de abril de 2010

UNIDADE CONTRATANTE

Nome: Fundação Osório

UG/Gestão: 164204 - Tesouro CNPJ 34.134.842/0001-14

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F	M			S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	E	003/2010	08.003.201/0001-54	09 Abr 2010	31 Jul 2010	21	21	1	1			E

Observações Serviços prestados no conjunto-sede da Fundação Osório, localizado na rua Paula Ramos nos 52 e 165, no Rio Comprido, Rio de Janeiro, Rj

Contrato de no 03/2010, firmado com R L Clean Sv Limpeza e Consevação Ltda,, com término em 8 de julho de/2010, tendo sido prorrogado seu término para 31 de julho de 2010 pelo Termo Aditivo no 001/2010.

UNIDADE CONTRATANTE

Nome: Fundação Osório

UG/Gestão: 164204 - Tesouro CNPJ 34.134.842/0001-14

Informações sobre os contratos

Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F	M			S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	004/2010	09.060.537/0001-11	01 Ago 2010	31 Ago 2011	27	27	1	1			A

Observações Serviços prestados no conjunto-sede da Fundação Osório, localizado na rua Paula Ramos nos 52 e 165, no Rio Comprido, Rio de Janeiro, Rj

Contrato de no 004/2010, firmado com Lapa Terceirização e Planejamento Ltda.

Fonte Divisão Administrativa

OBSERVAÇÃO: As contratações atendem à Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 do MPOG, que preconiza serem os serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva de preferência, objeto de execução indireta..

XVIII - QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: Fundação Osório													
UG/Gestão: 164204 - Tesouro					CNPJ 34.143.842/0001-14								
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	005/2009	04.424.629/0001-10	01 Jan 2010	28 Fev 2011			39	39			P
Observações: Contrato nº 005/2009, firmado com Star Segur Engenharia Ltda., iniciado em 01 de janeiro de 2010, com término em 31 de janeiro de 2011, tendo sido prorrogado seu término para 28 de fevereiro de 2011.													

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: Fundação Osório													
UG/Gestão: 164204 - Tesouro					CNPJ 34.143.842/0001-14								
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	005/2009	04.424.629/0001-10	01 Jan 2010	28 Fev 2011			9	9			P
Observações: Contrato nº 005/2009, firmado com Star Segur Engenharia Ltda., iniciado em 01 de janeiro de 2010, com término em 31 de janeiro de 2011, tendo sido prorrogado seu término para 28 de fevereiro de 2011.													

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: Fundação Osório													
UG/Gestão: 164204 - Tesouro					CNPJ 34.143.842/0001-14								
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	005/2009	04.424.629/0001-10	01 Jan 2010	28 Fev 2011			3	3			P

Observações: Observações: Contrato nº 005/2009, firmado com Star Segur Engenharia Ltda., iniciado em 01 de janeiro de 2010, com término em 31 de janeiro de 2011, tendo sido prorrogado seu término para 28 de fevereiro de 2011

Fonte Divisão Administrativa

OBSERVAÇÕES : 1) As contratações atendem à Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 do MPOG, que preconiza serem os serviços de Manutenção e Conservação de Imóveis (área 2) e Serviços de Copa e Cozinha (área 3), de preferência, objeto de execução indireta.

2) A Fundação enviou expediente ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por intermédio do Comando do Exército, solicitando autorização para abertura de concurso público par o preenchimento de claros nos cargos voltados para as funções de apoio administrativo técnico e operacional.

XIX - QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd	Unidade Administrativa
005/2009	1	39	Fundação Osório
005/2009	2	9	Fundação Osório
005/2009	3	3	Fundação Osório
004/2010	7	28	Fundação Osório
003/2009	8	4	Fundação Osório
005/2010	8	14	Fundação Osório

Fonte Divisão Administrativa

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta UJ não possui indicadores desenvolvidos para a área de pessoal.

Não há casos de absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais nem rotatividade.

Não temos programa de educação continuada. A satisfação e a motivação são adequadas ao que a Fundação espera de seus funcionários.

É exemplar a disciplina de todos os integrantes. O desempenho funcional é satisfatório e todos são anualmente avaliados conforme o previsto na legislação.

Os níveis salariais são os preconizados pelo Governo Federal de acordo com o cargo e as funções desempenhadas.

Não há demandas trabalhistas contra a Fundação.

6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Não houve durante o exercício de 2010 transferência de recursos a qualquer título.

7. DECLARAÇÃO SOBRE REGISTRO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

7.1 Registro de Contratos no SIASG

As informações referentes a contratos firmados estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).

7.2 Registro de Convênios ou outros Instrumentos Congêneres no SICONV

Esta UJ não possui informações referentes a convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados, passíveis de registro no SICONV.

8. INFORMAÇÕES SOBRE ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

Em cumprimento às disposições contidas na Portaria Ministerial nº 434/94 (IG 20-16), os agentes da administração desta UJ estão em dia com a exigência de apresentação da Declaração de Bens e Rendas de que trata a Lei nº 8.730/93, permanecendo arquivadas nesta UJ à disposição dos controles interno e externo.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

XX - QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					**X**
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**X**
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**X**
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			**X**		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. (Vide considerações finais).		**X**			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					**X**
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				**X**	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			**X**		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			**X**		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			**X**		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**X**	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			**X**		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	**X**				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				**X**	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			**X**		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**X**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				**X**	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento (Vide considerações gerais)	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					

Considerações gerais:
- Ambiente de Controle
  - Item 08: a adequada segregação de funções é observada à medida do possível, uma vez que a elevada carência de servidores efetivos qualificados, associada à coibição, pelo TCU, de que funcionários terceirizados sejam utilizados em funções próprias de servidor, em certas ocasiões acarreta a não observância da segregação funcional.

- Monitoramento
  - Itens 28, 29 e 30: salvo quanto à hipótese de o Dirigente Máximo, no decurso de suas atribuições, julgar que deve opinar a respeito, entendemos que o preenchimento do requisito em pauta é de competência mais apropriada do escalão superior (Centro de Controle Interno do Exército).

Fonte; Divisão de Auditoria

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

XXI - QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ♦ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ♦ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ♦ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		X			

♦ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ♦ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					**X**
*8. Exi*ste uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		**X**			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					**X**
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			**X**		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		**X**			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ♦ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?		**X**			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ♦ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?		**X**			
Considerações Gerais: Respondido pelo Chefe da Divisão Administrativa					

Fonte Divisão Administrativa

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ CLASSIFICADO COMO" BENS DE USO ESPECIAL " DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

XXII - QUADRO A.11.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.

Localização Geográfica		**Quantidade de imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ**	
Exercício 2010-BRASIL			
UF			
6001- Rio de Janeiro**Subtotal Brasil**		4	4
4**Exterior**	4		
Pais			
Esta UJ não possui imóveis no exterior.**Subtotal Exterior**		0	0
0		0	**Total (Brasil + Exterior**
4		4	

Exercício 2009

Fonte: SIAFI e SPIUNET

XXIII - QUADRO A.11.2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

Não há imóveis locados de terceiros.

XXIV - Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
Valores em R$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico (R$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
164204	6001.04322.500-5	21	2	3.164.094,00	02/01/2008	3.164.094,00	54.223,92	1.045,90
	6001.04324.500-6	21	1	30.469,00	02/01/2008	1.288.649,68	3.250,00	13.554,76
	6001.04326.500-7	23	2	1.673.912,00	02/01/2008	1.673.912,00	-	-
	6001.04328.500-8	21	2	30.469,00	02/01/2008	30.469,00	-	-
Total							57.473,92	14.600,66

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

12.1 Gestão de tecnologia da informação (TI)

XXV - QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que descida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01 Servidor				
5. Há carreiras especificas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidade definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento especifico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito pela UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					X
13. Na elaboração do projeto lógico básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultados para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			

15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais: Este quadro foi respondido individualmente pelo responsável pela área de TI.					

Fonte Seção de Informática

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não houve a utilização do Cartão de Pagamento por parte desta UJ.

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA SOB GESTÃO DA UJ

A Fundação Osório não concedeu sob nenhuma forma, renuncia tributária a pessoas física ou jurídica

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACORDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DE ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Não houve nenhuma deliberação do TCU diretamente dirigida à Fundação. A Fundação atendeu as recomendações exaradas do Centro de Controle Interno do Exército.

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO

A Fundação atendeu as recomendações exaradas do Centro de Controle Interno do Exército.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

A função de Ordenador de Despesas foi exercida pelo Coronel Custódio Armelim Guanaes Junior, Idt 019113110-1, CPF 004952041-53, em razão de delegação de competência que lhe foi conferida pela Portaria Nº 15 A, de 16 de abril de 2003, do Presidente da Fundação

Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.

Gen Ex Ney da Silva Oliveira
Dirigente Máximo

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
FUNDAÇÃO OSÓRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO DE 2010

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação Completa da UJ		Código da UG	
Fundação Osório		164204	
Declaro que os demonstrativos contábeis do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstas na Lei no 4.320, de 17 de março de1964) refletem a adequada situação orçamentária , financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração			
Local	Rio de Janeiro	Data	31 MAR 11
Contador Responsável	Regina Célia Ferreira Gomes da Silva	CRC	RJ 072720-O/8

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO
CENTRO GENERAL SERZEDELLO CORRÊA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2010

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1. NOME: FUNDAÇÃO OSÓRIO

1.2. SIGLA: FUSOR

1.3. CODUG: 164204

1.4. GESTÃO: 16204

1.5 ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO: MINISTÉRIO DA DEFESA, POR INTERMÉDIO DO COMANDO DO EXÉRCITO.

1.6. UF: RJ

2. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO, EM ESPECIAL QUANTO A EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS (FÍSICAS E FINANCEIRAS) PLANEJADAS E/OU PACTUADOS PARA O EXERCÍCIO

2.1. Responsabilidade institucional da unidade

2.1.1. Competência Institucional:

A UJ tem por finalidade instruir, profissionalizar, educar e, em especial, ministrar os ensinos fundamental, médio e profissionalizante aos filhos e filhas, dependentes legais de militares do Exército e demais Forças Singulares e, havendo condições que permitam, também, atender os filhos e filhas dependentes legais de militares das Forças Auxiliares e de civis.

2.1.2. Objetivos estratégicos

O exercício das atividades desenvolvidas pela Fundação tem como objetivo estratégico a promoção dos Ensinos Fundamental, Médio e Profissionalizante, a uma clientela de 1.268 (um mil e duzentos e sessenta e oito) alunos no ano letivo de 2010, visando promover ao educando,

de forma harmônica, suas formações física, moral, espiritual e intelectual, assegurando o preparo necessário à continuidade dos estudos, o preparo para o trabalho e para o exercício da cidadania.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

2.2.1.1. O desenvolvimento do plano estratégico da Fundação esteve prejudicado em razão de relevantes problemas apresentados em sua estrutura organizacional.

2.2.1.2. O quadro de lotação de servidores, fixado em 1955, não é compatível às necessidades, atuais, de funcionamento da Fundação, quer em servidores administrativos, quer do corpo docente, pois não contempla diversos cargos de nível superior.

2.2.1.3. Além da incompatibilidade do Quadro de Lotação de Pessoal Civil (QLPC) com as necessidades da Fundação, há claros por preencher, tanto para os servidores integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), onde para o efetivo estabelecido de 54 (cinquenta e quatro) servidores, existem 29 (vinte e nove) claros, como para os integrantes da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal (CMEBF) onde, para o efetivo de 67 (sessenta e sete) professores existem 10 (dez) claros.

2.2.1.4. Tem sido adotada em escala crescente, a contratação de mão de obra terceirizada para emprego parcial no exercício de atividades administrativas e de apoio ao ensino.

2.2.1.5. A carência de professores determinou a montagem de turmas de aula com número excessivo de alunos e, por falta absoluta de professor especializado no 1º segmento do ensino fundamental, deixou de funcionar o 1º ano. Com o intuito de minorar o problema causado com a carência de professores, a Direção da Fundação se viu obrigada a suspender o ingresso de novos alunos para 2010, salvo para os dependentes de militares e servidores transferidos *ex ofício* para a cidade do Rio de Janeiro.

2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o Relatório de Gestão

2.2.2.1. Além do desenvolvimento normal das atividades de ensino, apoios administrativo e ao ensino, assistência médica aos servidores civis ativos, inativo, pensionista e seus dependentes, fazem parte do planejamento de gestão, os quais sejam: início dos serviços de adaptação do antigo Auditório Zenildo em laboratórios de línguas inglesa e espanhola e empresa pedagógica; início das reformas dos banheiros de alunos, salas de professores e assistência psicológica, no prédio Marquês de Herval, onde funciona o ensino médio; colocação de laje no prédio que abriga o 1º ano do ensino fundamental; e, início da cobertura da quadra poliesportiva.

2.2.2.2. Enfatiza a UJ que os serviços acima, são todos voltados diretamente ao ensino, tendo como objetivo oferecer maior conforto ao alunado e professores e funcionalidade a instalações voltadas diretamente ao ensino.

2.3. Programa de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1. Execução dos Programa de Governo

A UJ não é gestora de Programa de Governo

2.3.2. Execução Física das ações realizadas

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação[1]	Prioridade[2]	Unidade Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a realizar em 2011
09	272	0089	**0181**	OP	4	Pessoa beneficiada	6	43	46
05	122	750	**2000**	A	4	-	-	-	-
05	122	750	**09HB**	OP	4	-	-	-	-
05	301	750	**2004**	A	4	Pessoa beneficiada	141	119	106
05	301	750	**20CW**	A	4	Pessoa beneficiada	0	0	92
05	306	750	**2012**	A	4	Servidor beneficiado	87	93	92
05	331	750	**2011**	A	4	Servidor beneficiado	84	80	80
05	365	750	**2010**	A	4	Criança atendida	11	7	6
05	361	1061	**2795**	A	4	Aluno matriculado	1070	941	849
05	362	1061	**2778**	A	4	Aluno matriculado	204	215	238

Fonte: SIGPLAN, Seç RH e SIOP

2.3.3. Análise da Execução Física

2.3.3.1. Cumprimento das metas físicas

Ação	Comentários
0181	**a.** A informação da previsão inicial não corresponde à quantidade de servidores efetivos conforme constante da folha de pagamento da Fundação. **b.** Há uma tendência ao aumento do número de servidores que se aposentam, ocorrendo a passagem para a inatividade de um grande número de servidores sem a devida reposição, isso tem criado óbices à administração desta UJ, conduzindo à contratação de terceirizados. **c.** Devido incorreção no lançamento da previsão inicial essa ação superou de forma significativa as metas estabelecidas.
2000 **09HB**	Deixaram de constar os itens referentes à unidade de medida, meta prevista, meta realizada e meta a ser realizada em 2011, por não constarem na LOA 2010.
2004	31 (trinta e um) servidores e respectivos dependentes não optaram pelo plano de saúde
20CW	Os exames médicos periódicos foram realizados com o apoio do Hospital Central do Exército e da Policlínica Militar do Rio de janeiro, sem custo para a UJ.
2012 **2011**	**a.** A informação da previsão inicial não corresponde à quantidade de servidores efetivos conforme consta da folha de pagamento da Fundação **b.** Diminuirá a quantidade de servidores beneficiados em virtude da passagem para a inatividade e não nomeação de novos servidores.
2010	O efetivo de crianças atendidas depende da taxa de natalidade, entretanto ressalta-se que pela faixa etária dos servidores ser elevada, existe a tendência de haver um decréscimo de pessoas beneficiadas, caso não ocorra a reposição dos inativos e o recompletamento dos cargos vagos, mediante concurso público
2795 **2778**	A variação do número de alunos matriculados é decorrente da transferência de alunos durante o ano letivo, tendo em vista a que grande quantidade de militares são movimentados ao longo do ano.

1 **OP** = Operação Especial; **A** = Atividade.
2 **4** = Ação não prioritária.

2.3.3.2. Não houve ações que apresentassem problemas de execução, bem como a UJ não foi contemplada com ações prioritárias na LDO.

2.4. Análise Crítica da Programação Orçamentária

Os recursos orçamentários propostos pela Fundação e consignados no SIDOR foram integralmente concedidos na LOA 2010. Por outro lado, não houve contingenciamento de crédito, sendo que toda a programação pôde ser atendida.

2.5. Análise crítica da execução orçamentária da despesa

2.5.1. Não houve modificações significativas na programação orçamentária, pois o orçamento foi preservado, não sofrendo contingenciamento ou qualquer outra restrição.

2.5.2. À Fundação não foram atribuídas novas missões, no entanto a carência de pessoal, quer administrativo ou da linha do ensino, principalmente, professores, obrigou montagem de turmas de aula com número excessivo de alunos e por falta absoluta de professor especializado no 1º segmento do ensino fundamental, deixou de funcionar o 1º ano.

2.5.3. A falta de pessoal foi agravada neste exercício pelo encerramento do Convênio firmado com a Associação de Pais de Alunos da Fundação Osório, motivado pelo término da cobrança da "contribuição escolar", que inviabilizou a arrecadação das contribuições dos alunos àquela Associação, inibindo a contrapartida que era a colocação à disposição da Fundação, de professores e pessoal de administração escolar.

3. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO QUANTO A MENSURABILIDADE E A SUA UTILIDADE

3.1. INDICADORES UTILIZADOS

Para o ano de 2010, a FUSOR valeu-se de indicadores de desempenho escolar e de
desempenho orçamentário e financeiro, conforme item 2.4.3 do Relatório de Gestão, visando avaliar gestão, conforme registrados:

Tipo de indicador de desempenho	Índice	2010	2009
Escolar	De aproveitamento escolar	84,81%	88,01 %
	De relação de alunos matriculados p/ docentes	20,33 %	20,79 %
	De titulação de corpo docente	2,96 %	-
Orçamentário e financeiro	De aplicação de recursos orçamentários	92,51 %	80,17 %

3.2. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES

3.2.1. No tocante a mensurabilidade dos indicadores, estes mantiveram-se estáveis em relação ao ano de 2009, enfatizando a UJ que houve uma melhoria no índice de aplicação de recursos orçamentários.

3.2.2. Os indicadores utilizados mostraram-se úteis, tendo em vista a sua análise de desempenho institucional, eNTRETANto, não foi possível fazer a avaliação do cumprimento das metas

previstas no orçamento para todos ações da Fundação, pois os indicadores constantes do Relatório de Gestão nem sempre são vinculados às metas previstas nas ações. Assim uma melhor análise do desempenho dos diversos programas/ações da FUSOR poderia ser dada com a criação de outros indicadores de gestão, bem como uma modificação na sistemática de medição. Por exemplo, o índice de aplicação dos recursos orçamentários deveria ser individualizado por cada ação, visando uma melhor análise do desempenho escolar.

3.2.4. Por meio dos indicadores, a UJ verificou o insucesso em algumas ações, sendo implementadas as respectivas medidas visando tratar as causas desse insucesso, as quais sejam:

a) Pela verificação da falta de aproveitamento escolar de alguns alunos, que perfizeram 15,19% do corpo discente, o Serviço de Orientação Educacional faz o acompanhamento sócio–pedagógico daqueles alunos com dificuldade na aprendizagem, ao mesmo tempo que, em caráter obrigatório, são ministradas aulas de recuperação.

b) O efetivo de professores da carreira do Magistério Básico, em tese, está adequado ao número de alunos matriculados, porém, a partir do 6º ano, é inadequado em relação à distribuição por disciplinas, pois há carência em determinadas disciplinas. Essas carência deve ser preenchida, obrigatoriamente, por meio de concurso público, face a impossibilidade de terceirização. A Fundação já encaminhou expediente ao MPOG, por intermédio do Comando do Exército, solicitando permissão para abertura de concurso para recompletamento do efetivo de professores.

c) Apesar do índice de aplicação de recursos orçamentários ter-se mostrado satisfatório, a execução orçamentária foi prejudicada pela queda na arrecadação da Fundação, em razão de ter findado o aluguel do imóvel localizado na Rua São Clemente nº 175, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, tendo o mesmo permanecido desocupado, por todo o exercício de 2010, aguardando obras de manutenção. Assim além de não ter ingressado as receitas do citado imóvel ainda a FUSOR teve de arcar com gastos na manutenção do prédio desocupado.

4. AVALIAÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

O exame do Sistema de Controle Interno não pode ser feito in loco, tendo em vista não ter ocorrido a Visita de Auditoria, decorrente de escassez recursos orçamentários para diárias e passagens, para este Centro. Desse modo foi feita uma verificação a distância, calcada nas respostas do item 9, do Relatório de Gestão da UJ.

Pelo previsto no Item 3 do Anexo III da DNT nº 110/10, depreende-se que a abordagem do controle interno solicitada está inserida no ambiente do *The Committee of Sponsoring Organizations – COSO.* Nesse contexto, o trabalho de auditoria realizado pôde observar:

4.1. QUANTO AO AMBIENTE DE CONTROLE

4.1.1. O ambiente de controle, segundo o COSO, representa a atitude global da organização, isto é, a disposição, a conscientização, o comportamento de todos os integrantes da entidade em relação ao controle, envolvendo a competência técnica e o compromisso ético, essenciais na efetividade dos controles internos.

4.1.2. Diante do entendimento registrado, por meio do Relatório de Gestão, depreende-se que a FUSOR busca um ambiente de controle em processo contínuo de melhoria, bem como procura observar a segregação de funções, esses objetivos são dificultados pela carência de servidores efetivos qualificados.

4.1.3. Verifica-se, ainda, que a Fundação não possui mecanismos que garantam ou incentivem a participação da totalidade de seus funcionários e servidores da UJ, na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.

4.2. QUANTO À AVALIAÇÃO DE RISCO

4.2.1. A avaliação de risco busca identificar os riscos relacionados às atividades da entidade - internos e externos - que a impedem de atingir os objetivos colimados.

4.2.2. Foi enfatizado pela Fundação em seu Relatório de Gestão:

a) Que seus processos internos são frágeis, com possibilidade de fraudes e perdas. Porém quando isto ocorre à pronta investigação por parte da UJ, visando apurar responsabilidades e exigência do eventual ressarcimento.

b) Nem sempre é feito o diagnóstico dos riscos envolvidos em seus processos estratégicos, bem como faz a identificação da probabilidade de sua ocorrência e a adoção de medidas visando mitigá-los.

c) Nem sempre é prática usual a definição de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos níveis da gestão.

d) Os riscos identificados, nem sempre são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.

e) Grande parte de seus objetivos e metas estão formalizados, bem como há normas e regulamentos para, maior parte, das atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de sua responsabilidade.

4.3. QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

4.3.1. Os procedimentos de controle representam as atividades executadas durante o desenvolvimento de processos que possibilitam o gerenciamento e a redução dos riscos. Assim, pode-se considerar como procedimentos de controle: autorização superior, conciliação, segurança física dos ativos, segregação e separação de funções, controle físico, entre outros.

4.3.2. Em relação aos procedimentos de controle ressalta a UJ, em seu Relatório de Gestão que:

a) Há políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção visando diminuir os riscos e alcançar os seus objetivos estabelecidos.

b) Quanto aos custos das atividades de controle, esse procura ser apropriado, na medida do possível, ao benefício derivado de sua aplicação.

♍☽ As atividades de controle adotadas, procuram ser abrangentes e razoáveis, estando, quase sempre, diretamente relacionadas com os seus objetivos. Essas atividades procuram ser apropriadas, objetivando funcionar, consistentemente, de acordo com um planejamento de longo prazo.

4.4. QUANTO À COMUNICAÇÃO E A INFORMAÇÃO

4.4.1. A comunicação é entendida como o fluxo de informação dentro de uma organização, sendo o fluxo em todas as direções – do nível hierárquico superior para o inferior e vice-versa - e horizontal, entre níveis hierárquicos equivalentes. Esse processo de comunicação pode ser formal ou informal, onde o formal pode variar desde complexos sistemas computacionais a simples reuniões de equipe de trabalho, já o informal ocorre em conversas e encontros com alunos, pis de alunos, fornecedores, autoridades e funcionários.

4.4.2. Ressalta a UJ a existência de um ótimo sistema de comunicação, além da tradicional reunião entre chefes e subordinados. A comunicação das informações procura perpassar todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.

4.5. QUANTO AO MONITORAMENTO

4.5.1. O monitoramento representa a avaliação dos controles internos ao longo do tempo, sendo o seu objetivo a verificação da efetividade desses controles, sendo a sua função verificar se eles são adequados e efetivos, podendo ser realizado por acompanhamento contínuo das atividades ou por avaliação pontual.

4.5.2. A UJ não respondeu as questões suscitadas nos itens de 28 a 30 do Quadro A.9.1, do Relatório de Gestão, relativas ao tema, alegando "*que o preenchimento do requisito em pauta é de competência mais apropriada*" deste Centro. Assim, tendo em vista, também, não ter ocorrido a Visita de Auditoria, este Centro não pode fazer considerações sobre o tema.

5. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO, AUXÍLIO OU CONTRIBUIÇÃO

Não é o caso da UJ.

6. AVALIAÇÃO, POR AMOSTRAGEM, DA REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Os trabalhos de auditoria realizados na área de licitações e contratos não foram desenvolvidos *in loco*, sendo solicitados para isso, cópias da documentação. Essa solicitação de documentos foi feita por amostragem, dentro das diversas modalidades de licitação utilizadas pela UJ.

6.1. Identificação do contratado: RC Clean Serviços de Limpeza e Conservação Ltda, CNPJ Nr 34.143.842/0001-14.

6.1.1. Motivo da contratação: serviços emergenciais de conservação, limpeza e manutenção da FUSOR.

6.1.2. Modalidade, objeto e valor da contratação: dispensa, valor R$ 105.000,00.

6.1.3. Avaliação da regularidade do contrato: o contrato foi assinado por 90 (noventa) dias, improrrogáveis, tendo em vista a contratação ter sido feita por emergência (inc. IV, do art. 24, da Lei Nr 8.666/93), porém, ocorreram 2 (dois) aditivos ao contrato.

6.2. Identificação do contratado: Nova Quadrante Serviços Técnicos e Comércio Ltda, CNPJ Nr 05.069.668/0001-09.

6.2.1. Motivo da contratação: execução da cobertura da quadra externa de esportes da FUSOR.

6.2.2. Modalidade, objeto e valor da contratação: tomada de preços, valor R$ 414.951,84.

6.2.3. Avaliação da regularidade do contrato: contrato ainda em vigor, regular em 2010.

6.3. Identificação do contratado: : C Teixeira 110 Comercial e Representação Ltda-ME.

6.3.1. Motivo da contratação: fornecimento de gêneros alimentícios.
6.3.2. Modalidade, objeto e valor da contratação: convite, valor R$ 10.085,55.

6.3.3. Avaliação da regularidade do contrato: o contrato foi regular.

6.4. Identificação do contratado: Deiviane Comércio Ltda, CNPJ Nr 11.074.319/00010-88.

6.4.1. Motivo da contratação: fornecimento de gêneros alimentícios.

6.4.2. Modalidade, objeto e valor da contratação: convite, valor R$ 5.461,75.

6.4.3. Avaliação da regularidade do contrato: o contrato foi regular**.**

6.5. Identificação do contratado: Marden Divisórias e Construções Ltda.

6.5.1. Motivo da contratação: serviço de reforma de área para sala de idiomas na FUSOR.

6.5.2. Modalidade, objeto e valor da contratação: pregão, valor R$ 57.400,00.

6.5.3. Avaliação da regularidade do contrato: o contrato vigente até 2011, estando regular em 2010.

6.6. Identificação do contratado: Lapa Terceirização e Planejamentos Ltda.

6.6.1. Motivo da contratação: prestação de serviços, continuados, de limpeza e conservação para a FUSOR.

6.6.2. Modalidade, objeto e valor da contratação: pregão, valor R$ 449.999,00.

6.6.3. Avaliação da regularidade do contrato: o contrato com vigência até 31 AGO 11, estando regular em 2010.

7. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

7.1. COMPOSIÇÃO DOS QUADROS DE SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS

Servidores ativos				Servidores inativos		
Cargos efetivos		Cargos em comissão		Aposentados		Pensionistas
Autorizados	Efetivos	Autorizados	Efetivos	Integral	Proporcional	Integral
121	84	61	39	30	8	7

7.2. ASPECTOS LEGAIS OBSERVADOS QUANTO À ADMISSÃO, REMUNERAÇÃO, CESSÃO, REQUISIÇÃO, CONCESSÕES DE APOSENTADORIA, DE REFORMA E DE PENSÃO

A verificação na documentação da FUSOR, por amostragem, que desse suporte aos exames acima, não pode ser efetuada, tendo em vista a UJ não ter sido visitada por esta Unidade de Controle Interno.

8. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO, DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TCU, E PELOS ÓRGÃO E UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Não houve determinações e recomendações exaradas pelo TCU e Órgão e Unidade de Controle Interno, em 2010.

9. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO PRÉVIA SOBRE AS CAUSAS QUE ENSEJARAM A OCORRÊNCIA DE PASSIVOS SEM A CONSEQUENTE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS OU DE RECURSOS, BEM COMO AS MEDIDAS ADOTADAS PARA A GESTÃO DESSE PASSIVO

Não é o caso.

10. AVALIAÇÃO QUANTO À CONFORMIDADE DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR - RP

10.1 Sendo do RP decorrentes de limitações de pagamento, créditos suplementares no final do exercício e comprovação da lisura das despesas médicas dos convênios de assistência médico-hospitalar e odontológica do sistema de saúde complementar dos militares, ativos e inativos, pensionistas e dependentes do Exército.

10.2 A inscrição foi feita pela Fundação em conformidade com a legislação acerca do assunto, em especial o previsto no art. 35 do Decreto nº 93.872/86, não sendo observados indícios de quaisquer irregularidades.

11. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE AS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELOS RESPONSÁVEIS ACERCA DE IRREGULARIDADES QUE RESULTARAM EM DANO OU PREJUÍZO, VERIFICADAS POR MEIO DA AUDITORIA DE GESTÃO E SUPORTADAS POR EVIDÊNCIAS DEVIDAMENTE CARACTERIZADAS, INDICANDO OS ATOS DE GESTÃO ILEGAIS, ILEGÍTIMOS OU ANTIECONÔMICOS, OS RESPONSÁVEIS, O VALOR DO DÉBITO E AS MEDIDAS IMPLEMENTADAS COM VISTAS À CORREIÇÃO E AO RESSARCIMENTO

Não é o caso da UJ.

12. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA DE FALHAS E IRREGULARIDADES CONSTATADAS QUE NÃO RESULTARAM EM DANO OU PREJUÍZO E QUE AINDA NÃO TENHAM SIDO CORRIGIDAS PELO GESTOR OU CUJAS JUSTIFICATIVAS NÃO TENHAM SIDO ACATADAS, INDICANDO OS RESPONSÁVEIS

Não é o caso da UJ.

13. AVALIAÇÃO INDIVIDUALIZADA E CONCLUSIVA SOBRE AS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELOS RESPONSÁVEIS SOBRE AS IRREGULARIDADES CONSTANTES DESTE RELATÓRIO

Pela inexistência da Visita de Auditoria, não houve a possibilidade de justificativa, por parte da Fundação, e nem da verificação *in loco* de irregularidades, por ventura, encontradas neste Relatório.

14. AVALIAÇÃO OBJETIVA DA POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DA ENTIDADE, RESSALTANDO OS ASPECTOS DE CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES E A ADERÊNCIA ÀS NORMAS EM VIGOR

Tendo em vista não ter ocorrido a Vista de Auditoria a avaliação física das informações ficou prejudicada. Ressalta-se que na análise feita pela sua auditoria interna ficou patente a confiabilidade das informações prestadas pela UJ, bem como à aderência às normas em vigor.

15. AVALIAÇÃO QUANTO À OBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE OPERACIONAL PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO DE CONVENENTES COM ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, CONFORME ART. 5º DO DECRETO 6.170/2007.

Não é o caso da UJ.

16. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES DISPONÍVEIS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O § 3º DO ART. 19 DA LEI Nº 12.309/2010.

16.1. Observou-se a regularidade da UJ em relação ao acompanhamento da execução dos contratos, lançados no Sistema de Contratos (SICON) do SIASG. Sendo importante ressaltar que a atuação do fiscal de contrato é de muita relevância, visando evitar a ocorrência de falhas em sua execução, por meio do cumprimento da legislação aplicável.

16.2. Ressalta-se que os contratos ainda em vigor em 2011 serão acompanhados por este Centro e relatados no vindouro Relatório de Auditoria de Gestão.

17. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/1993 PELA UJ, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS - DBR, DESTACANDO OS CONTROLES EXISTENTES NA UJ PARA GARANTIR QUE AS AUTORIDADES E SERVIDORES PÚBLICOS ALCANÇADOS PELA REFERIDA NORMA ESTEJAM CUMPRINDO AS EXIGÊNCIAS LEGAIS PREVISTAS.

Não pode ser feita a verificação *in loco* tendo em vista a UJ não ter sido visitada por esta Unidade de Controle Interno. Ressaltando-se que a UJ em seu Relatório de Gestão enfatizou que os seus agentes da administração estão em dia com a exigência de apresentação das sua DBR, estando essas arquivadas na UJ à disposição dos controles interno e externo.

18. AVALIAÇÃO OBJETIVA ACERCA DA ADERÊNCIA DA UJ EM RELAÇÃO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, BEM COMO SOBRE INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS, EM OBSERVÂNCIA, RESPECTIVAMENTE, À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, E AO DECRETO Nº 5.940/2006.

Pela análise das informações constantes do item 8 do Relatório de Gestão, verifica-se que a UJ possui procedimentos razoáveis, os quias necessitam de melhoria.

19. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO "BENS DE USO ESPECIAL", DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS, PRINCIPALMENTE QUANTO AO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, VALOR DO IMÓVEL, DESPESAS EFETUADAS COM A MANUTENÇÃO, INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO – SPIUNET, QUANDO DE USO

OBRIGATÓRIO PELA UJ.

Não é o caso.

20. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE A GESTÃO DE TI DA UJ, DESTACANDO O PLANEJAMENTO EXISTENTE, O PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS, OS PROCEDIMENTOS PARA SALVAGUARDA DA INFORMAÇÃO, A CAPACIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SISTEMAS E OS PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TI.

20.1. Verifica-se pela análise das informações constantes do item 10 do Relatório de Gestão, que a UJ não possui, ainda, procedimentos razoáveis, necessitando muitas melhorias e implementação de diversas medidas.

20.2. Entre essas medidas existe necessidade que a Fundação:

a) Aumente do efetivo de servidores que atuam na área de TI, pois há somente um funcionário, criando carreiras especificas para a área de TI no seu plano de cargos.

b) Crie um comitê que descida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.

c) Crie uma área específica, com responsabilidade definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.

d) Avalie se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.

e) Adote processo de trabalho formalizado ou agregue área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.

f) Implemente a transferência de conhecimento para servidores da Fundação de produtos e serviços de TI terceirizados

20.3. Entretanto, insurge como positivo na UJ,de acordo com o Relatório de Gestão:

a) Ótimo nível de participação de terceirização de bens de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.

b) Na elaboração do projeto lógico básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultados para UJ e não somente em termos de TI.

c) Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento especifico.

d) O desenvolvimento de sistemas quando feito pela UJ segue metodologia definida.

21. FALHAS E/OU IRREGULARIDADES QUE NÃO RESULTARAM EM DANO OU PREJUÍZO

Não ocorreram no exercício financeiro examinado.

22. RELAÇÃO DAS IRREGULARIDADES QUE RESULTARAM EM DANO OU PREJUÍZO, VERIFICADAS POR MEIO DA AUDITORIA DE GESTÃO E SUPORTADAS POR EVIDÊNCIAS DEVIDAMENTE CARACTERIZADAS

Não ocorreram no exercício financeiro examinado.

23. AVALIAÇÃO QUANTO À OBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE OPERACIONAL PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO DE CONVENENTES COM ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, CONFORME ART. 5º DO DECRETO 6.170/2007

Não é o caso.

Brasília-DF, 8 de agosto de 2011.

LUCIMAR LUIZ DOS SANTOS CARBONERA - Maj QCO Cont
Contador-Auditor CRC MS 005343/O-0 T-DF
CPF nº 457.569.530-00

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO
CENTRO GENERAL SERZEDELLO CORRÊA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2010

CERTIFICADO DE AUDITORIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GESTORA

1.1. NOME: FUNDAÇÃO OSÓRIO

1.2. SIGLA: FUSOR

1.3. CODUG: 164204

1.4. ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO: MINISTÉRIO DA DEFESA, POR INTERMÉDIO DO COMANDO DO EXÉRCITO

1.5. UF: RJ

2. Examinou-se a documentação comprobatória que deu origem ao Processo de Prestação de Contas Anual/2010, decorrente dos atos de gestão praticados sob as responsabilidades administrativas dos Agentes Responsáveis, arrolados neste processo.

3. O exame foi efetuado de acordo com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao Serviço Público e, consequentemente, incluiu provas nos registros contábeis, cumprimento das normas legais e regulamentares e outros procedimentos de auditoria julgados necessários nas circunstâncias.

4. Em minha opinião, **certifico a regularidade da Gestão** dos agentes responsáveis tratados nesta Prestação de Contas Anual.

Brasília-DF, 8 de agosto de 2011.

LUCIANO VIEIRA COSTA - Maj Int
Chefe da Seção de Auditoria de Gestão e Fiscalização

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO
CENTRO GENERAL SERZEDELLO CORRÊA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2010

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Fundação Osório
SIGLA: F O
CODUG: 164204

PARECER E DESPACHO DO CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO

PARECER

Cumprindo o disposto no inciso III do art. 9º da Lei nº 8.443/1992, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto nº 93.872/1986 e no inciso VI do art. 13 da Instrução Normativa nº 63/TCU/10 e fundamentado no Relatório de Auditoria de Gestão, anexo à Prestação de Contas Anual da Fundação Osório, exercício de 2010, acolho a conclusão pela regularidade da gestão praticada pelos agentes responsáveis, como expresso no Certificado de Auditoria. Concluo que o processo encontra-se em condições de ser submetido à apreciação do Senhor Comandante do Exército para pronunciamento.

DESPACHO

Em decorrência, encaminhe-se a presente Prestação de Contas Anual à apreciação do Senhor Comandante do Exército

Brasília-DF, 10 de agosto de 2011.

Gen Bda PAULO CÉSAR SOUZA DE MIRANDA
Chefe do Centro de Controle Interno do Exército

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
PRONUNCIAMENTO DO COMANDANTE DO EXÉRCITO

Tendo em vista o disposto no art. 2º da Portaria Normativa nº 1013, de 23 de fevereiro de 2000, do Ministério da Defesa, e fundamentado nas conclusões expressas nos Certificados de Auditoria relativas às Prestações de Contas Anuais das Unidades Gestoras abaixo indicadas, referentes ao exercício de 2010, pronuncio-me favorável ao acolhimento dos pareceres e despachos do Chefe do Centro de Controle Interno do Exército, titular do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Exército. Concluo que os processos encontram-se em condições de serem submetidos ao pronunciamento do Senhor Ministro de Estado da Defesa, e após o recebimento do pronunciamento ministerial, ao Tribunal de Contas da União, para julgamento.

Códigos da UG	**Unidade Gestora**	**Dirigente Máximo**	**Natureza do Certificado**
...	...	...	...
164204	F O	NEY DA SILVA SILVEIRA	Regularidade Plena
...	...	...	...

Brasília-DF, 12 de agosto de 2011.

Gen Ex ENZO MARTINS PERI
Comandante do Exército

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
PRONUNCIAMENTO MINISTERIAL

Em conformidade com o disposto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, atesto haver tomado conhecimento das contas das Unidades Gestoras abaixo indicadas, das conclusões contidas nos pareceres emitidos pela respectiva Unidade de Controle Interno, bem assim da manifestação do Comandante do Exército.

Unidade Gestora	**Dirigente Máximo**	**Exercício Financeiro**	**Natureza do Certificado**
...	...	...	...
F O	NEY DA SILVA OLIVEIRA	2010	Regularidade Plena
...	...	...	...

Encaminhem-se os referidos processos ao Tribunal de Contas da União.

Brasília-DF, 17 de agosto de 2011.

CELSO AMORIM
Ministro de Estado da Defesa